



01 DE DEZEMBRO DE 2011

Quinta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOVOS PROJETOS DE LEIS 36.2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **CENTRAIS SINDICAIS PEDEM AO COPOM QUEDA MENOS "TÍMIDA" NOS JUROS**
- **TAXA DE DESEMPREGO CAIRÁ MAIS, DIZ DIEESE**
- **BRASIL E FMI DISCUTIRÃO APORTES AO FUNDO**
- **DÓLAR CAI 2%, MAS EM NOVEMBRO SUBIU 6,47%**
- **INCERTEZAS FAZEM INDÚSTRIA MIRAR O CURTO PRAZO**
- **INVESTIMENTO DEVE GARANTIR IPI MENOR PARA MONTADORAS**
- **COM ALÍVIO NOS MERCADOS, METAIS E PETRÓLEO AVANÇAM**
- **BANCOS PODERÃO EMPRESTAR NO EXTERIOR RECURSOS DE CAPTAÇÕES EXTERNAS**
- **MECANISMO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS BENEFICIA OS NEGÓCIOS**
- **RECURSO FAZ PARTE DO DIA A DIA DAS OPERAÇÕES EMPRESARIAIS**
- **WELLE LASER DESENVOLVE NOVO PROCESSO DE SOLDAGEM**
- **IMPORTADORES DE MÁQUINAS TÊM CRESCIMENTO ABAIXO DO PREVISTO**
- **ENTIDADE DIZ QUE CHINA AMEAÇA PRODUTOR LOCAL**
- **IBAMA APREENDE CARVÃO E FERRO-GUSA EM SIDERÚRGICAS.**
- **PODER LEGISLATIVO - ORDEM ECONÔMICA: LEI CRIA SISTEMA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA**
- **TRIBUNAL - EMPRESA INDENIZARÁ APOSENTADO POR AMEAÇAR CANCELAR PLANO DE SAÚDE**
- **FGTS - VENCE DIA 7 DE DEZEMBRO O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**

- **SALÁRIOS - PAGAMENTO REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO/2011 DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6/12**
- **PROJETO DE LEI - COMISSÃO REJEITA USO DE FGTS PARA PAGAR ANUIDADE ESCOLAR**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO APROVA OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAÇÃO DA DURAÇÃO DE PROMOÇÕES**
- **PROJETO DE LEI - TRABALHO AMPLIA PARA 50% PARCELA DO MÍNIMO QUE DEVE SER PAGA EM DINHEIRO**

Câmbio Em 01/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,787	1,787
Euro	2,409	2,410

Fonte: BACEN

Centrais sindicais pedem ao copom queda menos "tímida" nos juros

01/12/2011- Gazeta do Povo

Aproveitando o início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), centrais sindicais fizeram, ontem, um protesto diante da sede paulista do Banco Central. Desde agosto, quando promoveu o primeiro de dois cortes de 0,5 ponto porcentual, o

Banco Central vem reduzindo a taxa de juros, atualmente em 11,5% ao ano, e o mercado dá como certa uma nova redução de 0,5 ponto hoje. Mas a redução apresentada até agora é considerada "tímida" pelas centrais sindicais. "O Brasil ainda tem uma das maiores taxas de juros do mundo", disse o presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, durante o ato realizado na Avenida Paulista. "Para mostrar que o governo está comprometido para valer com a produção nacional, o corte tem de ser de pelo menos 1 ponto porcentual", afirmou o dirigente sindical.

Taxa de desemprego cairá mais, diz Dieese

01/12/2011- Gazeta do Povo

A taxa média de desemprego em sete regiões metropolitanas do país caiu para 10,1% em outubro, ante 10,6% em setembro, de acordo com pesquisa da Fundação Seade e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foi o primeiro recuo após seis meses de relativa estabilidade, e a expectativa é de que a taxa de desemprego diminua ainda mais nos próximos meses, segundo Alexandre Loloian, economista da Fundação Seade.

A pesquisa feita pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que usa metodologia diferente e abrange seis regiões metropolitanas, também mostrou uma queda do desemprego no mês, para 5,8%.

Dois setores registraram aumento no nível de ocupação em outubro: indústria e serviços. Por outro lado, o desemprego subiu na construção civil, no comércio e no grupo de "outros setores".

A queda no levantamento do Dieese também foi observada na comparação anual, uma vez que, em outubro do ano passado, a taxa estava em 10,8%. O total de desempregados no conjunto das sete regiões, em outubro, foi estimado em 2,240 milhões de pessoas, 122 mil a menos que no mês anterior.

A pesquisa foi realizada nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. O total de ocupados foi estimado em 20,04 milhões de pessoas, para uma População Economicamente Ativa (PEA) de 22,2 milhões.

Medo da crise

Na avaliação dos coordenadores da pesquisa, a queda da taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo, a mais populosa, está relacionada à redução da população economicamente ativa. O que pode ser explicado, entre outros fatores, pelo clima de apreensão criada pela crise econômica mundial - Loloian, da Fundação Seade, lembrou que em outubro de 2008, início da última recessão mundial, houve também uma queda da população economicamente ativa. Além disso, a manutenção da situação familiar satisfatória estaria desestimulando muitas pessoas a ingressar no mercado de trabalho.

Brasil e FMI discutirão aportes ao Fundo

01/12/2011- Gazeta do Povo

O Brasil discutirá com a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, que chegará hoje ao Brasil, os instrumentos de aporte de recursos ao Fundo, que atualmente conta com US\$ 390 bilhões em caixa. "Hoje, [o Fundo] não precisa de mais recursos. Amanhã pode precisar", disse o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Cozendeu.

"Se [o FMI] precisar [de um aporte], a gente já sabe como fazer, quais são os mecanismos. Essa continua a ser a maneira mais rápida e mais ágil."

Carlos Cozendeu, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda

O Brasil, segundo o secretário, mantém a posição de que poderá contribuir para dissipar a crise internacional por meio do FMI, e não de forma direta, auxiliando algum país em particular. "O tema geral [do encontro] será a situação da economia internacional e como o FMI deve atuar, se deve haver aumento ou não de recursos do FMI", disse.

Conforme o secretário, a discussão é importante para já se conhecer o caminho no caso de o FMI precisar "amanhã ou depois" de mais dinheiro. "Se precisar, a gente já sabe como fazer, quais são os mecanismos. Essa continua a ser a maneira mais rápida e mais ágil. Há outras discussões via imprensa, mas não há maiores elementos para comentar isso", considerou.

Seguramente, de acordo com Cozendeu, o assunto será discutido, mas não será tomada nenhuma decisão. "Não há nada previsto, e o uso do recursos do FMI não é uma decisão de governo", disse. Segundo o secretário, o tema deverá ser tratado também na próxima reunião do G-20, e a avaliação atual é a de que o recurso deve ficar disponível no Fundo para um país europeu ou de outra região que necessite do dinheiro.

Dólar cai 2%, mas em novembro subiu 6,47%

01/12/2011- Gazeta do Povo

A ação dos BCs provocou uma queda de 2% do dólar ontem, com a moeda terminando um volátil mês de novembro na casa de R\$ 1,80. Mas o alívio deve ser apenas temporário, com o câmbio ainda dependente da crise global – sujeito, portanto, a solavancos. A moeda norte-americana fechou cotada a R\$ 1,8128 para venda.

Em novembro, o dólar subiu 6,47%. "A nossa projeção é de R\$ 1,80 para o fim do ano. Mas daqui até lá é simplesmente um jogo de pôquer", disse o economista-chefe no Brasil da corretora Raymond James, Mauricio Rosal. "Depende basicamente da situação na Europa. Hoje está R\$ 1,80, amanhã pode estar R\$ 1,70, R\$ 1,90. A gente está numa situação extremamente volátil e deve permanecer aí um bom tempo", afirmou.

No Brasil, o Banco Central (BC) tem assistido ao vaivém do mercado sem intervir, por ora. A última atuação do BC ocorreu em 28 de outubro, quando fez um leilão de swap cambial, que equivale a uma venda de dólares no mercado futuro. O fluxo de capitais

ao país também não tem sido fortemente prejudicado pela crise externa, com saldo positivo de R\$ 686 milhões em novembro até o dia 25. A taxa Ptax, calculada pelo BC e usada como referência para os ajustes de contratos futuros e outros derivativos de câmbio, fechou a R\$ 1,8109 para venda ontem, em baixa de 2,04% ante terça-feira.

Incertezas fazem indústria mirar o curto prazo

01/12/2011- Gazeta do Povo

A indústria abriu mão do planejamento de médio e longo prazos para focar suas ações no curto prazo no que diz respeito a investimento, aumento da produção e contratação de pessoal. É o que mostra a Sondagem Industrial de novembro, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para o coordenador da sondagem, Aloísio Campelo, essa decisão da indústria foi tomada com base no cenário de incertezas provocado pela crise internacional.

O setor industrial, de acordo com Campelo, está montando suas estratégias como alguém que passa por um terreno encharcado e que procura um local mais firme para dar o próximo passo.

Melhora dos resultados reflete queda de estoques, diz FGV

Para o coordenador da Sondagem Industrial da FGV, Aloísio Campelo, a melhora dos indicadores de confiança da indústria em novembro ocorreu porque a indústria está, em parte, atendendo à demanda com estoques. Tanto que o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria tem andando de lado: em novembro, esse indicador sofreu ligeira redução, fechando em 83,3%, ante 83,5% em outubro. De acordo com o Índice da Situação Atual (ISA), um dos indicadores da Sondagem Industrial, o nível de estoques caiu 0,65% na passagem de outubro para novembro, enquanto a produção prevista se expandiu 1,78%.

“A boa notícia é que, embora o ICI [Indicador de Confiança da Indústria] ainda ande de lado, as expectativas melhoraram pelo segundo mês consecutivo.”

Aloísio Campelo, coordenador da Sondagem Industrial da FGV. Para ele, já há algum otimismo sendo formado com vistas a janeiro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) mostrou estabilidade em novembro, depois de ter registrado queda de 0,4% em outubro, e interrompeu uma sequência de dez meses de recuo do indicador. O Índice de Expectativas (IE), por sua vez, avançou 1,5% em novembro, depois de ter ficado positivo em 0,28% em outubro.

O coordenador da sondagem, no entanto, afirmou que a pequena melhora observada em novembro não pode ser considerada um ponto de inflexão que vai estimular significativamente investimentos e contratação de pessoal. Para Campelo, trata-se de uma melhora centrada no curto prazo, em razão de indicadores positivos pontuais.

Nesse aspecto, destaca-se a pequena redução dos estoques, de 9,6% em outubro para 8,4% em novembro do total de 1.219 empresários pesquisados entre os dias 3 e 29 de novembro. Também apresentou melhora o nível de otimismo em relação à de-

manda externa, com 14,2% dos entrevistados entendendo que a procura por produtos brasileiros está mais forte do que em outubro, quando 8,8% tinham essa visão. Para Campelo, essa percepção em relação à demanda externa pode estar associada às divulgações de índices de vendas melhores nos Estados Unidos.

O Índice de Confiança da Indústria relacionado ao emprego no período dos próximos três meses cresceu 0,8%. A produção prevista, também no horizonte de três meses, subiu 0,3%. Mas a tendência de negócios para os próximos seis meses caiu 0,3%. "Isso mostra que a melhora no curto prazo não será suficiente para incentivar investimentos ou contratações consistentes de pessoal", reforçou Campelo.

Investimento deve garantir IPI menor para montadoras

01/12/2011- Gazeta do Povo

As montadoras que se comprometerem com novos investimentos no Brasil devem receber um crédito como estímulo à produção nacional, segundo uma fonte do governo. As regras estarão em um decreto que será publicado nos próximos dias, definindo uma regra de transição para as empresas que não cumprirem as exigências que entram em vigor no dia 16 de dezembro. Nessa data, haverá aumento de 30 pontos percentuais do IPI para as montadoras que não utilizam pelo menos 65% de componentes locais (Mercosul). Quem se comprometer com novos investimentos receberá um crédito presumido, uma espécie de desconto do IPI. "Aquelas empresas que já estão aqui, que estão começando a implementar novas fábricas ou que apresentarem projetos de implantação, vão ter um tratamento diferenciado", explicou o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

Com alívio nos mercados, metais e petróleo avançam

01/12/2011- Valor Econômico

Em sessão marcada pelo clima de alívio no mercado internacional, as commodities industriais apresentaram ontem valorização. Notícias sobre ações coordenadas de instituições financeiras em prol do estancamento da crise na Europa ficaram no centro das atenções dos investidores, bem como iniciativas de incentivo econômico por parte do governo da China.

Em Nova York, o WTI para fevereiro ficou em US\$ 100,46, expansão de US\$ 0,58. Em Londres, o Brent teve alta de US\$ 0,12, saindo a US\$ 109,98.

As autoridades monetárias de Canadá, Inglaterra, Japão e Suíça, bem como o Banco Central Europeu (BCE) e o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos), anunciaram ontem o corte em 0,5 ponto percentual do custo de suas linhas de swap para prover liquidez em dólares americanos para o mercado, medida a ser aplicada em todas as operações conduzidas a partir de 5 de dezembro. A ação coordenada tem o propósito de mitigar os efeitos da aversão ao risco na oferta de crédito aos consumidores e aos negócios.

Também trouxe ânimo a notícia de que o banco central da China definiu uma redução de 0,5 ponto percentual na alíquota do compulsório bancário, o primeiro corte na taxa desde dezembro de 2008. A medida mostra o esforço do governo no estímulo à economia chinesa.

"O momento do corte foi uma surpresa, no entanto, também pode suscitar uma leitura particularmente ruim para o Índice de Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) da Indústria chinesa, a ser divulgado na madrugada. Há sinais de que a economia da China está em uma desaceleração, talvez mais forte do que a 'aterrissagem suave' normalmente esperada", ponderaram os analistas do Standard Bank, em relatório.

Os metais não ferrosos sentiram o alívio das notícias internacionais apenas após o fechamento do pregão na Bolsa de Metais de Londres (LME). Em uma rodada livre de negócios à tarde, o cobre disponível para três meses registrou alta de 5,34%, marcando US\$ 7.885,00 por tonelada. O alumínio ganhou 5,71%, fechando a US\$ 2.109,00 por tonelada.

Mas no encerramento da sessão, o cobre recuou 0,55%, fechando a US\$ 7.430,00 por tonelada. O alumínio, por sua vez, caiu 0,90%, a US\$ 1,988,00 por tonelada.

Segundo a analista da consultoria Lafis, Cristiane Mancini, um dos motivos de pressão sobre os metais foi a nota oficial da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional informando que o débito da Vale com a União pode chegar a R\$ 25 bilhões, o equivalente a 85% do lucro da empresa até setembro. "Isso influencia o mercado todo, inclusive em Londres, pois a Vale é uma das grandes produtoras mundiais. É uma das empresas que determina o preço do minério de ferro no mercado internacional, e notícias como essas contaminam as cotações dos metais", afirmou Cristiane.

Bancos poderão emprestar no exterior recursos de captações externas

01/12/2011- Valor Econômico

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que permite aos bancos autorizados a operar com câmbio a utilizar recursos captados no mercado externo para conceder crédito também no exterior.

Esse crédito poderá ser concedido apenas para empresas brasileiras, subsidiárias de empresas brasileiras e empresas estrangeiras cujo acionista com maior capital votante seja pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

A obrigatoriedade é que esses bancos tenham patrimônio de referência mínimo de R\$ 5 bilhões. O objetivo é facilitar a internacionalização de empresas brasileiras num momento em que as condições de crédito no exterior não são favoráveis.

O CMN também passa a permitir a esses bancos adquirir no mercado primário títulos emitidos pelas empresas que captaram os recursos.

Mecanismo para resolução de conflitos beneficia os negócios

01/12/2011- Valor Econômico

Consolidada do ponto de vista legal, respaldada pelo Judiciário e bem recebida pelas empresas, a arbitragem pavimentou o caminho do crescimento econômico trilhado pelo país na última década e, com ajustes, pode facilitar os grandes investimentos em infraestrutura e projetos ainda necessários para o país, como aqueles previstos para a

Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Essa é a avaliação sobre a justiça privada que emergiu do seminário organizado pelo **Valor**, "Arbitragem e Segurança Jurídica no Brasil", realizado dia 28 de novembro, em São Paulo. O evento avaliou os pontos de destaque na história da arbitragem ao longo dos últimos anos, mostrou sua importância para a criação de um ambiente de negócios saudável e apontou novos rumos para seu aprimoramento e expansão - como sua utilização para solucionar disputas sobre licitações públicas.

Os benefícios apontados pelos palestrantes como decorrência da consolidação da arbitragem, quinze anos depois de sua instituição em lei, incluem a viabilização de um mercado de capitais com alto grau de governança, a redução da percepção de risco do país entre investidores estrangeiros e a inclusão do Brasil no mapa do grande capital internacional.

Com um Judiciário ainda lento, abarrotado de processos, e sem perspectivas de melhora no curto prazo - como admitem os presidentes dos dois principais tribunais do país -, o Brasil precisa contar com as fórmulas alternativas de solução de conflitos se quer oferecer condições mínimas para a realização de negócios no país.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes defendeu no seminário uma maior utilização da arbitragem para escapar à forma mais tradicional, e hoje ineficaz, de solução de controvérsias: o Judiciário. Segundo o ministro, são claros os déficits nos serviços públicos no Brasil, a despeito dos esforços de reforma do Estado nos últimos anos, e a prestação jurisdicional se inclui nesse quadro.

O modelo brasileiro de organização política e social demanda muito da Justiça, na avaliação do ministro. E no contexto de ascensão social de novas classes e sua inserção na economia, a tendência é esse quadro se intensificar. Há em tramitação no país 80 milhões de processos, o que significa uma ação para cada três pessoas: "As disputas mais pequenas, as brigas de vizinhos, vão todas parar na Justiça", diz Mendes. Para o ministro, é preciso de uma mudança institucional e cultural no sistema, é necessário pensar em modelos alternativos - daí a importância da arbitragem.

No contexto da criação de um ambiente de segurança jurídica, Gilmar Mendes demonstrou sua preocupação com a questão das guerras de liminares em processos de licitação altamente complexos, algo que no passado ele chegou a definir como "manicômio judiciário". "Fico a pensar que um modelo de arbitragem poderia ser ideal para isso, para se criar um ambiente de segurança", disse o ministro.

Quando há obras que precisam ser concluídas em tempo definido - como é o caso dos preparativos para Copa do Mundo, ou das megaobras no setor de energia - o caso é mais grave, e o ministro sugere o estudo de fórmulas que possam evitar a suspensão do andamento da construção ou dos processos licitatórios, baseado no próprio interesse público.

Gilmar Mendes lembrou que no contexto da reforma do Judiciário houve conflitos sérios em torno da arbitragem, como a apresentação de uma emenda constitucional destinada a vetar o uso da arbitragem para órgãos do setor público. Como essa emenda não foi incluída, o uso da arbitragem pelo setor público, se não foi proibido, foi autorizado pelo "silêncio eloquente" da legislação.

Mendes diz que ainda há entre os juízes um "cacoete" para recusar, em princípio, qualquer cláusula que lhe retire o poder jurisdicional, uma cultura judicialista. "Ainda não há um ethos judicial pelo reconhecimento da arbitragem", diz. A Justiça não pode

ser feita a qualquer custo" - ou seja, independentemente de quanto tempo ela leve para ser feita - defende. E, apesar de a Justiça brasileira ser profissional, com quadros altamente qualificados e métodos transparentes de seleção, ainda falta especialização das cortes para certos tipos de demandas, o que também atrapalha a boa prestação jurisdicional no país - com decisões à altura de disputas mais complexas, avalia o ministro.

O advogado Modesto Carvalhosa apresentou uma visão mais otimista da história da arbitragem no Brasil até o momento, identificando a instituição de uma boa legislação e o respeito do Judiciário às decisões arbitrais. O único problema que persiste, em sua avaliação, é a questão da execução das sentenças proferidas pela arbitragem, que devem ser encaminhadas à Justiça - e lá enfrentam o problema geral de asoerbarbamento do Judiciário.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), diz Carvalhosa, há uma jurisprudência "excepcional" sobre a arbitragem, com precedentes que abrangem todos os aspectos do tema, decisões relevantes que confirmam a competência do instituto. Hoje, há no Brasil o pleno cumprimento do código legislativo referente à arbitragem, e o país subscreveu todos os tratados internacionais relevantes que respaldam seu funcionamento - com destaque para a Convenção de Nova York, assinada em 2002, lembrou o advogado. Há o pleno respaldo à competência dos tribunais arbitrais, assegurada pelo STF - com destaque para o julgamento que declarou a constitucionalidade da lei da arbitragem, em 2001 - e em precedentes julgados tanto pelo STJ como pelos tribunais locais.

Carvalhosa também ressaltou o aprimoramento das câmaras de arbitragem brasileiras, com quadros competentes, experientes e com profissionais de qualidade, o que ajuda a atrair mais partes interessadas em adotar o instrumento. Tanto no Brasil quanto no exterior, o número de procedimentos instalados aumenta. A Câmara de Comércio Internacional, uma das principais instituições de arbitragem do mundo, contabilizou em 2005 o total de 35 partes brasileiras em procedimentos arbitrais, número que passou para 86 em 2009.

A Justiça brasileira, em uma comparação com indicadores internacionais, não deixa a tanto a desejar, segundo dados apresentados por Carvalhosa: o World Justice Project, uma organização sediada em Washington e bancada por órgãos multilaterais e entidades de classe, colocou o Brasil em segundo lugar em um ranking de segurança jurídica na América Latina - atrás apenas do Chile. Mundialmente, o país ficou com o 24º lugar - pouco atrás dos EUA, em 21º lugar.

O ministro Gilmar Mendes fez um raciocínio na mesma linha ao apontar que o problema brasileiro não é a falta de autonomia do Judiciário, que é profissionalizado e possui pouco grau de interferência política. "Entre os Brics, o Brasil é considerado um país com instituições sérias e Justiça independente", diz Gilmar.

Presidente do STJ, o ministro Cezar Asfor Rocha fez uma espécie de autocrítica do Judiciário, afirmando que, a despeito da receptividade do instrumento pelo tribunal, ainda não há entre os juízes uma cultura da solução de conflitos por outros meios que não a Justiça - alternativas que incluem mediação, conciliação e arbitragem. Mas houve no Brasil, de acordo com ele, um despertar para a arbitragem, trazido em grande parte pelos princípios do chamado "Consenso de Washington", que preconiza a criação de um ambiente favorável à iniciativa privada, e foi responsável pela criação dos princípios da reforma do Judiciário.

Para mostrar o arrefecimento da resistência dos magistrados, Asfor Rocha lembrou que nas decisões já proferidas em favor da arbitragem, há reflexões exaustivas dos juízes para aceitar princípios que para o mercado são facilmente assimiláveis. Um dos debates levantados no STJ em torno da arbitragem, lembra Asfor Rocha, foi a necessidade de prestação de garantia - caução - para a execução de uma sentença arbitral estrangeira. Também houve debate para se aceitar o princípio da vinculação tácita - não expressa - da arbitragem, e foi necessário o posicionamento do STJ para se pacificar a discussão sobre a aplicação da arbitragem a empresas estatais e de economia mista.

O conflito de competência entre câmaras arbitrais distintas ainda deve ser resolvido pelo juízo de primeira instância - algo que, defende o ministro, deveria ser decidido exclusivamente pelo STJ para se garantir a segurança jurídica. Asfor Rocha também observa que a Justiça brasileira deve discutir melhor o tema da fronteira entre o direito público e o privado no campo da arbitragem, debatendo a utilização do instrumento para resolver disputas na área trabalhista, ambiental, consumo e falências.

A utilização da arbitragem como uma forma de desafogar o Judiciário - retirando do poder público a necessidade de resolver certas disputas entre empresas, também foi objeto de debate no evento. O consenso, entretanto, apontou que esse não é o melhor argumento em favor da expansão da arbitragem no país. O maior benefício é mesmo a melhora da segurança jurídica, garantindo decisões mais céleres e precisas para disputas sobre temas complexos.

"A arbitragem não chega a desonerar o Judiciário em grande escala, mas serve para ajudar a resolver demandas com peculiaridades específicas", diz Gilmar Mendes. Há casos de demandas contratuais que não são resolvidas, e nem mesmo levadas à Justiça, porque não há uma previsão de solução. Nesse sentido, mesmo sem atingir um grande número de processos, a arbitragem também contribui para se fazer Justiça, diz o ministro. Modesto Carvalhosa endossa a posição: "Há um universo de milhares de contratos que não vão ao Judiciário. Nesse sentido, a jurisprudência do STF e do STJ em favor da arbitragem contribui para a segurança Jurídica".

Asfor Rocha considerou que a instituição da arbitragem não constitui um tema de massas - por ano, entram no Brasil 20 milhões de novas ações -, mas é relevante para os proprietários do capital, e favorável ao país no sentido de construir uma imagem de um lugar que respeita contratos.

Demonstrando a escala das disputas que chegam regularmente ao Judiciário - e a dificuldade em se solucionar o problema -, Gilmar Mendes contou sua experiência no período em que se discutia o projeto de instalação dos Juizados Especiais Federais, órgãos destinados à solução de pequenas causas contra o governo federal. Na época, começo dos anos 90, estimou-se que os juizados receberiam de 180 mil a 200 mil processos, tomando-se como base o número de disputas então presentes na Justiça Federal. Em pouco tempo, contudo, o volume de ações chegou a 2,5 milhões de processos. "Não conseguimos avaliar a dimensão da demanda reprimida", contou o ministro.

Recurso faz parte do dia a dia das operações empresariais

01/12/2011- Valor Econômico

Instituída por lei há 15 anos no Brasil, a arbitragem dá mostras de estar consolidada como uma alternativa para empresas envolvidas em negócios valiosos ou complexos demais para depender de um Judiciário excessivamente lento e complicado como o brasileiro. Alguns escritórios de advocacia empresarial estimam que, dependendo do tema, até 90% dos contratos assinados por seus clientes atualmente contam com cláusulas prevendo o instrumento, e as principais câmaras de arbitragem brasileiras têm verificado um aumento acentuado no número de causas e volumes de recursos em disputa - os valores aumentaram dez vezes entre 2005 e 2010.

Um levantamento feito por Selma Lemes, uma das autoras da lei de arbitragem, mostra que o valor das causas levadas às cinco principais câmaras arbitrais do país atingiram R\$ 2,3 bilhões em 2010. Dos R\$ 6,7 bilhões em disputas levadas às câmaras entre 2005 e 2010, quase 70% correspondem aos últimos dois anos. Esse volume ainda corresponde a uma fração dos contratos encaminhados à arbitragem por empresas brasileiras ou que operam no país - muitas delas preferem acionar câmaras internacionais. Uma das principais instituições do gênero, a Câmara de Comércio Internacional (CCI), sediada em Paris, classifica o Brasil como o quarto país com maior número de partes em procedimentos arbitrais no mundo - atrás dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha.

As cláusulas de arbitragem são disseminadas - e comumente acionadas - em contratos de fusão e aquisição de empresas, voltadas a desavenças sobre avaliação de ativos, passivos ou formas de pagamento. O instrumento tem presença crescente nas áreas de construção civil - para solucionar disputas sobre custo e prazo de obras - e começa a surgir com força no setor de energia, focando disputas sobre variação de preços entre fornecedores e grandes consumidores. Na indústria de "project finance", a presença de cláusulas arbitrais tem se mostrado essencial para permitir o cálculo do equilíbrio econômico-financeiro de projetos, algo difícil quando há possibilidade de disputas de até dez anos na Justiça, com resultado imponderável. A presença da arbitragem é observada de forma cada vez mais frequente em operações do dia a dia das empresas, como fornecimento de bens, serviços e produtos financeiros.

O Brasil precisou atravessar um período de amadurecimento para chegar ao ponto em que está em relação à adoção da arbitragem. Mesmo depois da edição da lei instituindo seu uso, foi necessário um processo de chancela do novo procedimento nos tribunais, a criação de uma cultura favorável à prática no meio empresarial e jurídico e a formação de quadros especializados e experientes na área. O primeiro ponto, o apoio do Judiciário, é considerado ainda hoje a pedra fundamental da construção do novo regime de solução de disputas.

Segundo Gabriel Seijo, sócio especializado em arbitragem do escritório Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados, o Brasil passou a ser considerado um país "arbitration friendly" - ou, amigável à arbitragem - graças às mudanças legais e jurídicas por que passou nos últimos 15 anos. Ainda que no passado a arbitragem fosse autorizada pelo nosso ordenamento legal, seu resultado podia ser reformado pelo poder Judiciário, o que tornava suas decisões inócuas - e na prática, seu uso inexistente. O advogado cita três marcos nessa mudança de status do instrumento no Brasil: primeiro, a edição da Lei nº 9.307, de setembro de 1996, a lei da arbitragem, que estabeleceu parâmetros formais, procedimentos, e previu condições estritas para que uma sentença fosse revista pela Justiça. Em 2001, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade da lei, e, em 2002, o Brasil aderiu à

Convenção de Nova York, o que tornou as sentenças proferidas por câmaras arbitrais estrangeiras válidas no país.

Alguns tribunais, como o Tribunal de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro, já possuem vários julgamentos sobre o tema e são considerados francamente pró-arbitragem. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também é citado como um apoiador - tanto ao julgar recursos vindos de tribunais locais, como para homologar sentenças arbitrais estrangeiras, um atributo exclusivo seu. Segundo Flávio Pereira Lima, sócio da área de arbitragem do escritório Mattos Filho Advogados, os clientes estrangeiros veem o Brasil com tranquilidade nesse aspecto. "O que faz um país seguro para a arbitragem é uma lei boa e um judiciário que não intervém. E nós temos os dois", diz.

O especialista do escritório Mattos Filho observa que a disseminação da arbitragem no meio empresarial traz uma maior qualidade nas decisões, e uma nova mentalidade para o advogado especializado na área de contencioso. No Judiciário, as disputas acabam prendendo-se a disputas formais secundárias - as questões processuais -, muitas vezes determinantes no sucesso ou no fracasso de uma causa. Na arbitragem, há menos formalidades processuais e maior grau de aprofundamento no mérito, tanto pelo tempo dedicado pelos árbitros, como pela especialização dos profissionais em temas específicos. É preciso descer a detalhes na análise do caso, e em causas mais complexas, o escritório precisa montar times de sete ou até nove profissionais, incluindo técnicos como engenheiros e contadores.

Um exemplo de disputa com grande complexidade foi o caso da compra da Varig pela Gol, levada à arbitragem em 2008 - caso amplamente divulgado pela mídia na época. A Gol levou a compra à arbitragem alegando uma diferença milionária na avaliação dos ativos. Foi montado um grupo de árbitros de alto nível, e o caso resultou em uma audiência com cinco dias de duração - um deles todo dedicado à exposição dos pareceres contábeis.

No Pinheiro Neto Advogados, cerca de 75% dos contratos preparados para os clientes saem com cláusulas arbitrais, número que sobe para 90% na área de fusões e aquisições. Segundo o responsável pela área no escritório, Gilberto Giusti, há pouca restrição ao instrumento, com alguma discussão sobre casos específicos em que a arbitragem não se aplicaria ou sobre a viabilidade econômica de se usar o dispositivo em contratos de menor valor. Apesar de se imaginar que a arbitragem é mais cara do que a Justiça estatal - onde a despesa se resume ao pagamento de algumas custas - a diferença é que o custo judicial acaba diluído ao longo dos anos em que o processo fica em trâmite. Em certos negócios é impensável haver o tipo de impasse que a condução judicial levaria - como a suspensão da obra de uma hidrelétrica, ou a indefinição quando ao desfecho de uma grande operação de compra e venda de uma empresa.

Nos primeiros anos da arbitragem no Brasil, no início da década passada, foi difundida a ideia de que na arbitragem há soluções mais flexíveis do que aquelas proferidas no Judiciário, acomodando os interesses de ambas as partes. Os especialistas do ramo dizem que essa noção não existe mais, e as sentenças arbitrais hoje são tão coercitivas como qualquer decisão judicial - penalizando fortemente a parte perdedora quando necessário. A transformação é vista como um processo de amadurecimento da arbitragem e dos árbitros - que passaram a se sentir seguros para tomar posições mais impositivas.

Segundo Giusti, do Pinheiro Neto, para uma decisão arbitral conter uma composição entre as partes, é preciso haver previsão contratual permitindo que se abra mão da aplicação da legislação em nome do princípio da equidade. Na prática, essa cláusula

nunca é introduzida nos contratos. O que tem acontecido, exatamente em razão da possibilidade de decisões coercitivas nos tribunais arbitrais, é o incentivo ao acordo, antes ou durante o processo. São cada vez mais comuns as cláusulas escalonadoras, estipulando a exigência de uma mediação - por vezes com a contratação de mediadores profissionais - antes de o tema ser levado à câmara arbitral.

Há algumas zonas cinzentas de aplicação da arbitragem, relativas à definição de direitos disponíveis - como em negócios com o poder público - e situações em que não fica claro se as partes consentiram em abrir mão de acionar a Justiça, como em operações do mercado de capitais - em relação a acionistas minoritários - e em relações de consumo. No caso das relações com o poder público, depois de uma famosa divergência proferida pelo Tribunal de Justiça do Paraná, no chamado caso Copel, em 2004, está consolidada a noção de que é possível fechar contratos arbitrais com empresas estatais: com estatais da área de energia, contratos do tipo são comuns tanto na contratação de construtoras como na montagem de consórcios para operação. Em São Paulo, o Metrô já abriu três disputas arbitrais contra o consórcio responsável pela operação da linha amarela, segundo fontes do setor.

Welle Laser desenvolve novo processo de soldagem

01/12/2011- CIMM

A empresa catarinense Welle Laser está desenvolvendo um novo processo de soldagem para dutos de petróleo. A técnica é capaz de soldar em uma velocidade sete vezes maior em relação ao modelo convencional. O processo utiliza técnicas convencionais em conjunto com o laser.

Na soldagem convencional, o ângulo entre as chapas é formado é de 60º, já no processo desenvolvido é possível soldar em 12º e a uma velocidade de 1,6 metros por minuto, na soldagem do aço API 5L X-70. Esses valores foram alcançados na soldagem de dutos e devem estar em prática a partir de 2013 na Petrobras. Outra vantagem apontada pelo Rafael Bottós, diretor da empresa, é a pequena dissipação do calor, que se restringe a área da solda.

Os diretores da empresa Rafael e Gabriel Bottós, trabalharam com laser durante a faculdade no Laboratório de Mecânica de Precisão (LMP) da Universidade Federal de Santa Catarina e estudaram no Instituto Fraunhofer, na Alemanha, que desenvolve inúmeras pesquisas com a utilização do laser. Com esta experiência adquirida e de olho no crescimento da extração de petróleo no Brasil, os irmãos resolveram apostar em pesquisas na área. "Na Petrobras, quase todas as operações necessitam de soldagem", enfatiza o engenheiro mecânico.

A parceria com o Instituto Fraunhofer continua e os testes das pesquisas são realizados quatro vezes por ano na Alemanha. A partir do próximo ano os testes serão feitos no Brasil, com o equipamento que chegou no Brasil em novembro e será instalado no LMP. O custo foi de R\$ 1 milhão e este é o maior equipamento de laser da América Latina. "A burocracia para a liberação do equipamento foi muito grande. Tivemos que assinar um documento garantindo que não usaríamos para fins militares", conta Bottós.

A empresa também possui um contrato com a OSX e está desenvolvendo um projeto específico para eles, neste caso para soldagem de chapas metálicas para navios e que exige mudanças principalmente na automação do sistema óptico.

Rafael explica que a logística da aplicação ainda não está definida, mas o objetivo da empresa não é vender um produto, e sim, o serviço. Com a tecnologia nova, em um processo que reduz em 80% do material de soldagem, também é necessário elaborar os parâmetros de qualidade da solda. "Nas normas da Petrobras não há nada estabelecido para este tipo de solda, porque é tudo novo, então nós também estamos desenvolvendo estes parâmetros", diz o diretor.

O desenvolvimento das pesquisas iniciaram em 2009, com investimentos da empresa. Em 2010 a empresa ganhou um edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e possibilitou altos investimentos. Com o edital, os investimentos este ano alcançaram R\$ 2,5 milhões, 80% deste valor com origem do Finep. Este ano a empresa ganhou outro acionista, o atual presidente da European Laser Institute e chefe de departamento do Fraunhofer Institut ILT, Stefan Kaierle.

Importadores de máquinas têm crescimento abaixo do previsto

01/12/2011- CIMM

Os importadores de máquinas-ferramenta e equipamentos industriais movimentaram cerca de US\$ 2,4 bilhões em 2011, cerca de 10% mais que o ano anterior. O resultado é inferior a previsão da Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas-Ferramenta e Equipamentos Industriais, que projetava um crescimento de 15% a 20% para o setor, e ainda está aquém dos US\$ 2,6 bilhões negociados nos três primeiros trimestres de 2008. "O ano começou bem, mas sentimos uma diminuição nos negócios a partir de outubro", afirma Ennio Crispino, presidente da entidade. Segundo ele, os industriais estão apreensivos com o impacto da crise na Europa sobre a economia brasileira. "Houve uma desaceleração na atividade, porque ninguém sabe como o mercado vai se comportar", explica.

Responsável pelo consumo de pelo menos 70% dos bens de capital (máquinas e equipamentos) importados, o setor automobilístico mantém as vendas "em ritmo aceitável", segundo Crispino, mas a produção de autopeças, parte importante da cadeia de clientes dos importadores de máquinas operatrizes, ainda sofre com a importação de componentes acabados, apesar das medidas de proteção previstas no Plano Brasil Maior. "O aumento do IPI para carros importados e a exigência de 65% de nacionalização das peças em carros nacionais abrem uma boa perspectiva para o setor de bens de capital, tanto nacionais quanto importados, mas qualquer reflexo só será sentido em meados de 2012", diz o presidente da ABIMEI.

Entre os segmentos representados na ABIMEI, o setor de máquinas para o corte e a conformação de chapas metálicas foi o que teve o melhor desempenho em 2011, com alta superior a 10%. São máquinas com alto agregado tecnológico e aplicação em variados ramos da indústria, desde o automotivo até o de petróleo & gás e geração de energia, por exemplo. "Havia uma demanda reprimida por este tipo de máquina", justifica Crispino. O setor de máquinas para transformação de plástico manteve os níveis de 2010, considerados muito bons pelos importadores, porém não mais surpreendentes, como em 2009. "O "boom" já passou; agora o setor está na normalidade", afirma o presidente da Abimei. Já o segmento de usinagem não tem muito que comemorar: "Havia capacidade ociosa para estas máquinas, os empresários não precisavam comprar tanto quanto em anos anteriores".

Agente regulador

"A importação de bens capital é uma atividade reguladora do mercado, fundamental para equilibrar a oferta de máquinas operatrizes e equipamentos industriais no país.

Com a opção dos importados, o empresário brasileiro consegue comparar custo x benefício, prazo de entrega e tecnologia ao comprar uma máquina para ampliar ou modernizar o seu parque industrial", diz Ennio Crispino.

De acordo com o presidente da associação, apesar da desvalorização do dólar, motivada pela conjuntura econômica internacional, a qual tende a afetar a competitividade do produto nacional, pois facilita o acesso a tecnologias mais avançadas, este fato acabou não prejudicando os resultados dos fabricantes de bens de capital nacionais. "Dados da própria Abimaq revelam crescimento de 9,7% no faturamento bruto real da indústria de bens de capital mecânicos nos oito primeiros meses 2011, somente 3,1% abaixo dos níveis de 2008", comenta.

Para o presidente da Abimei, o Brasil precisa investir em bens de capital, nacionais e importados, para fazer frente ao aumento do PIB. "A Abimei é contra a volta ao passado, como o recente aumento do IPI para carros importados, principalmente chineses e sul-coreanos, e defende a desoneração de impostos nos investimentos em bens de capital e meios de produção, sejam eles nacionais ou importados. Só com um parque industrial moderno e máquinas de qualidade conseguiremos fabricar produtos competitivos internacionalmente", declara.

Crispino considera positiva a tendência do Banco Central de baixar os juros e acredita que a medida vai contribuir para aumentar os investimentos em produção. Para ele, o governo ainda deve ao setor uma política industrial que estimule a produção e diminua o chamado Custo Brasil, com mais investimentos em infraestrutura e logística. A perspectiva para 2012 permanece indefinida: "Vai depender do impacto da crise nos mercados europeus. O Governo parece estar atento. Se mantivermos o ritmo de crescimento na entrada de pedidos em torno de 10%, poderemos finalmente recuperar os índices de 2008".

Entidade diz que China ameaça produtor local

01/12/2011- CIMM

Mesmo com as fábricas operando a mais de 80% da capacidade instalada, a indústria brasileira de estruturas metálicas vive um momento de apreensão e incerteza. O principal motivo, comum a vários outros setores industriais do país, é a concorrência externa, principalmente a chinesa, favorecida pelo câmbio sobrevalorizado e por fatores domésticos, englobados no chamado custo Brasil, que vão de infraestrutura ruim até tributação elevada. Segundo Luiz Carlos Caggiano Santos, presidente da Associação Brasileira da Construção Metálica (Abcem), um quilo de defesa metálica (proteção a veículos em rodovias), importada, por exemplo, sai por US\$ 0,75, o mesmo preço de um quilo de chapa de aço no Brasil.

"O nosso problema é o futuro, depois de 2012", disse Santos, ressaltando que o setor fez fortes investimentos em maquinário. Ele disse ainda que a Abcam acaba de contratar uma consultoria especializada do Rio de Janeiro, a GBI Consultoria, para examinar e fazer um diagnóstico sobre suspeitas de práticas desleais de comércio por parte de empresas da China. Em setembro deste ano, a GBI ganhou um processo de direito antidumping contra a importação de tubos de aço carbono com até 5 polegadas de diâmetro externo da China.

Neste momento o setor vive situações contraditórias. Enquanto a Codeme, empresa ligada ao grupo Usiminas, prepara-se para inaugurar em Juiz de Fora (MG) uma fábrica com capacidade para produzir 36 mil toneladas anuais de estruturas metálicas,

um investimento de R\$ 95 milhões, três fábricas, duas do grupo paulista Icec e uma do gaúcho Medabil deixaram de operar do ano passado para cá. As paradas, contudo, não estariam relacionadas com os problemas setoriais, mas com decisões específicas das duas empresas. A Icec e a Medabil foram procuradas, mas não deram respostas a tempo de serem incluídas na reportagem.

A gaúcha Metasa, uma das grandes do setor, fez uma "redução drástica de custos", segundo disse o presidente do seu conselho de administração, Antônio Roso, sem especificar quais foram os cortes. O empresário disse que "o setor está sendo afetado pela desindustrialização" e que, embora com encomendas em carteira para 2012, teme que o aumento de importações possa "causar problemas além dos que já estão ocorrendo."

O presidente da Usiminas, Wilson Brumer, disse que a Codeme "está operando a plena capacidade", mas reconheceu que o setor enfrenta momento difícil. "Estamos vendo várias fábricas de estrutura metálica sendo fechadas."

Segundo Santos, da Abcem, há hoje empresas que estão preferindo importar e reduzir a produção própria, dadas as vantagens da importação. Nos setores de mineração e siderúrgico, muitas obras, de acordo com o executivo, estão sendo feitas com estruturas importadas. "No Comperj [complexo petroquímico da Petrobras no Rio de Janeiro], grande parte [das estruturas metálicas] está sendo comprada no Brasil, mas se eles quisessem importar teriam facilidades, inclusive isenção de impostos".

Segundo Santos, o preço do aço brasileiro está hoje de 8% a 10% mais caro do que o importado e não explica as vantagens das estruturas importadas sobre as nacionais. Além do câmbio, ele considera que as diferenças de custos de mão-de-obra e tributário, mais as carências de infraestrutura, que encarecem o transporte, formam um conjunto que, aí sim, justificam importados mais baratos.

Além dos tradicionais concorrentes da China e da Coreia do Sul, o setor estaria agora enfrentando a concorrência de fornecedores da Turquia e de Portugal. No caso português, a empresa Martifer, que recentemente ganhou contratos para fornecer e montar as estruturas metálicas dos estádios da Fonte Nova, em Salvador, e do Castelão, em Fortaleza, ambos futuras arenas da Copa do Mundo de 2014, e também para o novo estádio do Grêmio de Porto Alegre. A empresa está construindo uma fábrica de estruturas metálicas em Pindamonhangaba (SP) para atender a demanda brasileira.

As obras da Fonte Nova e do Castelão têm financiamento do BNDES, respectivamente, de R\$ 323,6 milhões e de R\$ 351,5 milhões, mas o banco estatal informou que estruturas metálicas não são passíveis de serem financiadas por ele. No caso dos estádios, os financiamentos aos governos da Bahia e do Ceará correspondem a 46% e a 75% da obra, respectivamente.

A Odebrecht, uma das sócias do consórcio que constrói o novo estádio da Fonte Nova (a outra é a OAS), informou que seu contrato é com a Martifer Construções Metálicas Ltda., a filial brasileira, com sede em Pindamonhangaba. O contrato tem o valor de R\$ 37,45 milhões e prevê fornecimento e montagem da cobertura e do deck metálicos, além de cabos. A Martifer foi procurada, mas não respondeu a tempo ao questionário enviado pelo jornal.

De acordo com o presidente da Abcem, o setor de estruturas metálicas brasileiro tem capacidade para processar de 1,5 milhão a 1,8 milhão de toneladas de aço por ano,

sendo cerca de 550 mil nas grandes empresas. Ele estima que de 50 mil a 60 mil pessoas trabalhem nas empresas do setor.

Ibama apreende carvão e ferro-gusa em siderúrgicas.

01/12/2011- Foundry Gate

Na segunda etapa da operação Saldo Negro, que fiscaliza o setor carvoeiro do Pará, o Ibama multou as três maiores siderúrgicas do estado – Siderúrgica do Pará (Sidepar), Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) e Siderúrgica Ibérica, em Marabá, no sudeste paraense – em R\$ 284 milhões pela aquisição de 946 mil metros de carvão de desmatamento (cerca de 19 mil caminhões cheios) nos últimos quatro anos.

O instituto ainda apreendeu os 18,7 mil metros de carvão nativo (cerca de 134 caminhões) e 39,5 mil toneladas de ferro-gusa que encontrou no momento da fiscalização nos estoques das indústrias. Outras 10 mil toneladas de ferro-gusa da Sidepar e 28 toneladas da Cosipar, produzidas com carvão ilegal, foram apreendidas no entreposto local da Vale, de onde seriam transportadas por ferrovia até o Maranhão e, de lá, de navio para os Estados Unidos.

As siderúrgicas – que utilizam carvão para a fabricação do ferro-gusa, uma das matérias-primas do aço e um dos produtos da pauta de exportação brasileira – estão com o acesso ao carvão nativo de florestas embargado pelo instituto desde a semana passada. Para continuar a produzir, se não conseguirem suspender a sanção do Ibama, terão de recorrer ao carvão mineral (extraído em minas) ou a fontes sustentáveis, como o carvão de florestas plantadas.

Em uma semana de vitórias nas siderúrgicas, o Ibama confirmou todas as fraudes identificadas na primeira etapa da operação Saldo Negro, entre 26 de outubro e 4 de novembro, quando as 41 carvoarias que mais comercializavam carvão no estado foram fiscalizadas em Tailândia, Moju, Tucuruí, Goianésia, Paragominas, Dom Eliseu e Marabá. Destas, 28 eram de fachada (produziam acima da capacidade instalada) e 13 eram fantasmas (não existiam fisicamente) – e todas forneciam para as guseiras de Marabá. Além de embargadas, as carvoarias tiveram o acesso ao Sisflora bloqueado e foram multadas em R\$ 301 milhões por emitir Guias Florestais fraudadas para acobertar a venda de um milhão de metros de carvão de desmatamento.

“Nenhuma estava fora do esquema. O setor carvoeiro do Pará está comprometido. A Guia Florestal sai em nome das carvoarias licenciadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente ou pelos municípios, mas o carvão vem de fato de áreas desmatadas nas pequenas propriedades rurais e assentamentos, geralmente nas cidades no entorno das guseiras”, explica o chefe da Divisão de Fiscalização do Ibama em Marabá, Luciano Silva, que coordenou a equipe que auditou no Sisflora (o sistema estadual que controla o comércio de produtos florestais no Pará) a movimentação fraudulenta de compra e venda das 41 carvoarias, de 2007 até outubro de 2011.

Computadores da Sidepar acessavam fantasmas

Na Sidepar, o Ibama encontrou as maiores ilegalidades no uso do carvão nativo. A siderúrgica, que recebeu 671 mil metros de carvão de desmatamento com Guias Florestais fraudadas de 25 carvoarias (11 delas fantasmas e 14 de fachada), acabou

atuada em R\$ 201 milhões. A empresa também era a única que utilizava frota própria para buscar o carvão ilegal nas carvoarias clandestinas. O levantamento do Ibama identificou 96 caminhões e reboques da Sidepar usados neste transporte. Dezesete deles foram apreendidos durante a fiscalização na indústria.

Uma descoberta surpreendente da operação foi que Guias Florestais de carvoarias fantasmas foram emitidas de computadores da própria rede corporativa da Sidepar. "Os IPs ficaram registrados no Sisflora e revelaram que, ao contrário da Cosipar e Ibérica, que compravam carvão ilegal já acobertado, a Sidepar possuía seu próprio esquema para recolher o produto nas carvoarias clandestinas e esquentar a carga com a guia de uma das fantasmas que ela mesma geria ", revela o chefe da fiscalização.

Os agentes federais ainda apreenderam na Sidepar o computador do setor da balança, que registra o peso de toda carga de carvão que entra na siderúrgica. Segundo os volumes registrados a partir de 2010, passaram pela balança da guseira cerca de 450 mil metros de carvão a mais do que ela declarou no Sisflora. Pela compra deste carvão ilegal, a empresa ainda será multada em mais R\$ 1,3 milhão e terá mais carvão ou ferro-gusa apreendidos.

Siderúrgicas tentam suspender embargos

Ao se instalarem no pólo de Carajás na década de 80, as siderúrgicas foram autorizadas a utilizar carvão nativo dentro das regras do Código Florestal. Ou seja, sob a condição de diminuir o consumo progressivamente até substituí-lo totalmente por carvão de reflorestamento (produzido de árvores plantadas, como o eucalipto), em um prazo máximo de 10 anos. "Apesar de operar há décadas, as siderúrgicas do Pará estão anos-luz de produzir ferro-gusa de forma sustentável. Vivem de queimar carvão de floresta nativa e nunca quiseram sair deste esquema", diz o gerente do Ibama em Marabá, Paulo Vinícius Marinho.

Neste momento, as siderúrgicas tentam firmar um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal para voltar a queimar carvão nativo. "O Ibama não vai suspender o embargo ou aceitar nenhum acordo que envolva consumo de carvão de floresta amazônica sem que cada empresa apresente um plano de suprimento sustentável que possa ser executado em curto prazo. Não há mais como permitir que se faça ferro-gusa no Pará queimando as florestas do estado", afirma o superintendente-substituto do Ibama no Pará, Alex Lacerda. (As informações são do Ibama)

Fonte: Diário online

Poder Legislativo - Ordem econômica: Lei cria Sistema de Defesa da Concorrência

01/12/2011- Notas COAD

Publicada no Diário Oficial da União (DO-U) desta quinta-feira (1/12) a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem

econômica.

A Lei regula diversos procedimentos administrativos, que podem ser instaurados para prevenção, apuração e repressão de infrações à ordem econômica, quais sejam: a) procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração; b) inquérito administrativo; c) processo administrativo para imposição de sanções administrativas; d) processo administrativo para análise de ato de concentração econômica; e) procedimento administrativo para apuração de ato de concentração econômica; e f) processo administrativo para imposição de sanções processuais incidentais.

No tocante ao programa de leniência, previsto no artigo 86 do texto legal, o Cade, por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordos, com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços) da penalidade aplicável, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de referida infração, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte: a) a identificação dos envolvidos; b) a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.

Merece destaque o artigo 87 que trata sobre os crimes contra a ordem econômica (Lei nº 8.137/90), e nos demais crimes diretamente relacionados à prática de cartel, tais como os tipificados na Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e os tipificados no artigo 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), a celebração de acordo de leniência, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia com relação ao agente beneficiário da leniência. Cumprido o acordo, extingue-se a punibilidade dos crimes previstos no artigo.

FONTE: Equipe Técnica ADV

Tribunal - Empresa indenizará aposentado por ameaçar cancelar plano de saúde

01/12/2011- Notas COAD

Em decisão unânime, a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou procedente o pedido de indenização por danos morais de um empregado que, após sua aposentadoria por invalidez, recebeu notificação do empregador, Banco Bradesco S.A., informando-o de que seria desligado do plano de saúde da empresa. A Justiça do Trabalho da 18ª Região (GO) havia condenado o banco a manter o plano de saúde do trabalhador, mas rejeitara o pedido de indenização.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, ao julgar o caso, admitiu que a incerteza e a insegurança quanto ao tratamento adequado provocaram no trabalhador "uma tortura sempre constante, já que se vê tocado em seu bem maior - a própria vida". Porém, não entendeu configurada na conduta do empregador a prática de ato ilícito.

No recurso de revista ao TST, o bancário aposentado insistiu que fazia jus ao recebimento da indenização por danos morais advindos da ameaça de cancelamento de seu plano de saúde. Afirmou que o banco, ciente de que ele era portador de

câncer, "de forma acintosa, premeditada, unilateral e sem amparo legal, ameaçou, por escrito, cancelar os planos de saúde" dele e de seus dependentes, deixando-os "humilhados, sem esperança e com futuro incerto".

O ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, relator do recurso na Primeira Turma, deu razão ao empregado e ressaltou que, no caso concreto, o dano moral é inconteste. "Aquele era o momento em que o trabalhador mais necessitava de seu plano de assistência médica, e não seria exagerada a suposição e o temor de que, ao lhe retirarem o direito a um tratamento médico adequado, com o qual contara durante seu contrato de trabalho, lhe estavam, ao fim e ao cabo, tirando o direito à vida", afirmou. "Pode-se visualizar ali, facilmente, um sentimento de total desamparo".

O ministro Vieira de Mello observou ainda que o empregado foi aposentado por invalidez devido à Doença de Hodgkin, tipo de câncer do sistema linfático, e que esse foi o motivo que levou o banco a manifestar sua intenção de desligá-lo do plano de saúde, e não aquele mencionado na notificação enviada ao empregado, de que o cancelamento se daria em decorrência do seu desligamento do quadro de funcionários. O relator salientou que o banco só se absteve de cancelar o plano por determinação judicial, e observou não ser possível fugir à conclusão de que houve abuso de direito, justificando o pagamento da indenização, fixada em R\$ 20 mil.

Processo: [RR-30100-44.2007.5.18.0008](#)

FONTE: TST

FGTS - Vence dia 7 de dezembro o prazo para recolhimento

01/12/2011- Notas COAD

No dia 7/12 (quarta-feira), vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Está obrigado ao recolhimento todo empregador, urbano ou rural. O empregador doméstico, quando tiver optado, também fica obrigado ao recolhimento.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de novembro/2011.

O arquivo Sefip deverá ser transmitido com as informações à Previdência Social, mesmo que não haja recolhimento ao FGTS.

Salários - Pagamento referente ao mês de novembro/2011 deve ser efetuado até dia 6/12

01/12/2011- Notas COAD

No dia 6/12, terça-feira, vence o prazo para pagamento do salário sobre o trabalho executado pelos empregados mensalistas no mês de novembro/2011.

Estão obrigados ao pagamento todos os empregadores.

A multa por falta de pagamento corresponde a R\$ 170,26 por empregado prejudicado.

Projeto de Lei - Comissão rejeita uso de FGTS para pagar anuidade escolar

01/12/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público rejeitou o Projeto de Lei 2312/00, do ex-deputado Ricardo Noronha, que permite o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de anuidade escolar do titular da conta vinculada, seu cônjuge ou filhos. O projeto altera a Lei 8.036/90, que trata do fundo.

O parecer do relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR), foi pela rejeição da proposta e dos 28 projetos apensados, que têm a mesma finalidade. Ele destaca que o papel social do FGTS vem sendo, principalmente, financiar moradias populares, obras de saneamento básico e outras obras de infraestrutura urbana e que a proposta poderia prejudicar esse papel.

Além disso, o relator afirma que aproximadamente 90% das contas do FGTS possuem saldo inferior a 15 salários mínimos. "Isso significa que 90% dos beneficiários poderiam pagar no máximo um ano de mensalidade de uma faculdade particular cujo valor não superasse a R\$ 581,25", disse.

"As propostas em análise não podem prosperar, uma vez que a alternativa apresentada não é hábil nem mesmo para custear a educação do próprio trabalhador, quanto mais a de seus dependentes", complementa.

Por fim, o relator ressalta que a recente aprovação pela Câmara do PL [1209/11](#), que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi um passo para a criação de mais uma modalidade de financiamento da educação. A proposta permite, por exemplo, que o Fundo de Investimento do Estudante do Ensino Superior (Fies), que hoje só beneficia alunos do curso superior, seja utilizado para a concessão de bolsas para cursos técnicos.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, [também foi rejeitada pela Comissão de Educação](#) e Cultura e segue agora para análise das comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

Defesa do Consumidor - Comissão aprova obrigatoriedade de divulgação da duração de promoções

01/12/2011- Notas COAD

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou proposta que obriga os estabelecimentos comerciais a divulgar o prazo de validade de promoções de venda de produtos ou serviços, em quaisquer formas de marketing comercial. Pela proposta, o prazo das promoções deverá ser divulgados com o mesmo destaque que a oferta.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Francisco Araújo (PSD-RR), ao Projeto de Lei 1623/11, do deputado Miriquinho Batista (PT-PA). O projeto original tornava obrigatório o alerta sobre o prazo de validade dos produtos ou serviços perecíveis colocados em promoção, e não da promoção em si.

Porém, o relator considera que "o Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei 8078/90) já contempla dispositivos que atendem satisfatoriamente aos objetivos gerais da proposição". Além disso, ele argumenta que a proposta original é "de difícil viabilização, por exigir grandes espaços para listas de prazos de validade".

O substitutivo estabelece apenas que toda publicidade impressa de produtos alimentícios perecíveis, distribuída de forma avulsa ou afixada em painéis, deverá conter a mensagem "observe o prazo de validade na embalagem", em tamanho destacado e de fácil visualização pelo consumidor.

Fonte: Agência Câmara

Projeto de Lei - Trabalho amplia para 50% parcela do mínimo que deve ser paga em dinheiro

01/12/2011- Notas COAD

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira o Projeto de Lei [856/11](#), do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que determina que pelo menos 50% do valor do salário mínimo sejam pagos em dinheiro.

Hoje, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei [5.452/43](#)) prevê que o patamar mínimo seja de 30%. O restante pode ser pago por meio das chamadas prestações in natura ou salário-utilidade, que incluem alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornece habitualmente ao empregado.

O relator, deputado Alex Canziani (PTB-PR), apresentou parecer pela aprovação. Segundo ele, fixar novo limite para o pagamento mínimo em espécie "reforça a cidadania e a responsabilidade dos trabalhadores por suas decisões financeiras e também reconhece os esforços feitos pelos empregadores para lhes fornecer moradia, alimentação ou outras utilidades".

Canziani destaca que a sociedade se desenvolveu bastante, com amplos processos de migração da mão de obra, melhorias nos transportes e aumento do número de estabelecimentos comerciais, entre outras mudanças, o que justifica a atualização da norma.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara dos Deputados